



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

Fundação Municipal de Vigilância de Navegantes
Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Municipal De Vigilância De Navegantes
CNPJ:	07.589.379/0001-66
Endereço:	Rua Anibal Gaya, 149, Centro, Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3185-2001
E-mail:	seguranca.secretaria@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	www.navegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Johnny Eurico Coelho
CPF	898.706.469-72
Cargo/Função	Secretário de Segurança e Defesa Social
Período de gestão	de maio de 2017 à data atual
Ato Nomeação e data	Portaria nº 1491, de 9 de maio de 2017
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua Evaldo Reiser – Centro/Navegantes/SC
E-mail	Seguranca.secretaria@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

- 1x Superintendente de Trânsito
- 1x Agente de Serviços Gerais
- 2x Assessor Técnico
- 1x Auxiliar de Atividades Complementares
- 1x Diretor de Departamento
- 1x Gerente
- 6x Guarda Municipal Transito
- 1x Supervisor Obras e Serviços

Fonte: portal da transparência, relação de servidores/empregados ativos.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 21 de 03 de março de 2005, a Fundação Municipal de Vigilância tem por finalidade:

I - Organizar e administrar a Guarda Municipal de Navegantes, prevista no artigo 24 da Lei Orgânica do Município;

II - Promover o treinamento, a padronização de equipamentos e materiais e a operação dos sistemas interligados de telecomunicação;

III - Interligar os órgãos de segurança pública e defesa civil;

IV - Dar suporte à auto-executoriedade dos atos da administração Municipal;

V - Executar o programa de ação municipal de segurança dos bens e logradouros públicos;

VI - Executar a fiscalização do trânsito, segundo as normas do Código Brasileiro de Trânsito.

VII - Proteger, organizar e administrar o depósito dos veículos apreendidos.

VIII - Administrar, supervisionar e controlar o estacionamento rotativo de veículos em vias públicas do município, criado pela lei nº 1.355 de 18/12/2000.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título do Programa	Orç. Inicial	Orç. Atualizado	Liquidado	Saldo	% Aplic. do Orç.
1036	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	50.800	50.800	46.360	4.440	91,26%
1037	Aquisição de Equipamentos para a Fundação Municipal de Trânsito	31.500	11.500	629	10.872	5,47%
1038	Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Trânsito	50.125	173.125	171.000	2.125	98,77%
1080	Aquisição de veículo Convênio de Trânsito - Polícia Civil	80.800	80.800	-	80.800	0,00%
2066	Manutenção e Funcionamento da Fundação de Trânsito	864.749	864.749	776.862	87.887	89,84%
2150	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Convênio de Trânsito	344.618	691.622	465.347	226.275	67,28%
2151	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Civil	130.813	330.813	203.087	127.726	61,39%

2152	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC - Polícia Militar	178.204	178.204	141.965	36.239	79,66%
Total Geral		1.731.609	2.381.613	1.805.250	576.363	75,80%

Situação metas físicas:

Cód. Programa	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2018				Realizado			
		Produto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC.
1036	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	Sinalização Viária		5			60		1200%
1037	Aquisição de Equipamentos para a Fundação Municipal de Transito	Equipamentos			40			10	25%
1038	Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Transito	Veículo			1			2	200%
1080	Aquisição de veículo Convênio de Trânsito - Polícia Civil	Veículo			1			2	200%

Obs.: a não parametrização dos programas entre o orçamentário e metas físicas são em virtude das mudanças que ocorreram no orçamento durante o ano e não está sendo considerado nas metas físicas os programas de manutenção e funcionamento do órgão/unidade gestora.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Decreto 156/2018	I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas.	a) o não atingimento das metas de arrecadação estabelecidas até o final do 3º bimestre do exercício de 2018; b) a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2018, constantes da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3251 de 12 de dezembro de 2017) e suas alterações, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro; c) que o não atingimento das metas refere-se apenas às receitas de capital, mais especificamente, recursos de operações de crédito não realizadas;	Limitação de Empenho
Decreto 115/2018	Contratação de pessoal	Gastos com pessoal dentro do limite prudencial	Limitação de empenho

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2018.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2018 por parte desta unidade gestora.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Pregão Presencial	0,00	396.844,79	80.281,04	477.125,83
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0,00	12.466,77	365.679,39	378.146,16
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0,00	0,00	10.772,19	10.772,19
Total	0,00	409.311,56	456.732,62	866.044,18

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V, item V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscal Contrato: Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 102
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Contrato Nº.:372/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/2015 PMN.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos:

As recomendações emitidas não foram atendidas até o encerramento deste relatório.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
Navetran	Estacionamento Rotativo	1	Instaurar controle para coibir ISENÇÃO para veículos não constantes do Decreto 309/91 (ambulâncias, Celesc/Sesan, Polícias, Bombeiros, veículos oficiais em serviço e deficientes físicos)	Recomendação Parcialmente Atendida	Em andamento, feito todo levantamento de viabilidade e iniciado processo do estudo do estacionamento rotativo c/previsão p/ início em 2019
Navetran	Estacionamento Rotativo	2	Que a NAVETTRAN tome medidas cabíveis e legais para pôr em prática a regulamentação, fiscalização, monitoramento e controle do estacionamento rotativo	Recomendação Parcialmente Atendida	Em andamento, feito todo levantamento de viabilidade e iniciado processo do estudo do estacionamento rotativo c/previsão p/ início em 2019
Navetran	Estacionamento Rotativo	3	Implementação de sistema de controle para cobrança e monitoramento da Área Azul	Recomendação Parcialmente Atendida	Em andamento, feito todo levantamento de viabilidade e iniciado processo do estudo do estacionamento rotativo c/previsão p/ início em 2019
Navetran	Estacionamento Rotativo	4	Instaurar Sindicância e/ou Processo Administrativo para apuração dos fatos (possível danos ao erário)	Recomendação Parcialmente Atendida	Em andamento, feito todo levantamento de viabilidade e iniciado processo do estudo do estacionamento rotativo c/previsão p/ início em 2019

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2018 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2018 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de janeiro de 2019.

Johnny Eurico Coelho
Secretário de Segurança e Defesa Social